



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UNICEUB
FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

ANNA CAROLINA BASTOS PERES

REPRESENTAÇÕES MIDIÁTICAS DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA
Um estudo das construções narrativas e discursivas no DFTV, da TV Globo

Brasília

2017

ANNA CAROLINA BASTOS PERES

REPRESENTAÇÕES MIDIÁTICAS DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA
Um estudo das construções narrativas e discursivas no DFTV, da TV Globo

Trabalho de Conclusão de curso (TCC)
apresentado como um dos requisitos para
a conclusão do curso de Jornalismo do
UniCEUB – Centro Universitário de
Brasília. Sob orientação do Mestre Luiz
Cláudio Ferreira.

Brasília

2017

ANNA CAROLINA BASTOS PERES

REPRESENTAÇÕES MÍDIÁTICAS DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA
Um estudo das construções narrativas e discursivas no DFTV, da TV Globo

Monografia apresenta como requisito para conclusão do curso de Bacharelado em Jornalismo pela Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas do Centro Universitário de Brasília – UNICEUB. Sob orientação do Mestre Luiz Cláudio Ferreira.

Brasília, 23 de Novembro de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Luiz Cláudio Ferreira
Orientador

Prof. Renata Innecco Bittencourt de Carvalho
Examinador

Prof. Katrine Tokarski Boaventura
Examinador

*Dedico este trabalho a todas as pessoas
que estão em situação de rua, e que são
criminalizadas pela mídia*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe Cristina, por me dar toda ajuda necessária nesse momento tão importante da minha vida.

Ao meu pai José Roberto, por sempre me incentivar a correr atrás da minha educação.

A toda minha família de sangue e coração que fizeram a caminhada até aqui ser mais prazerosa.

Aos meus amigos de curso e de vida pelo apoio.

Ao meu amigo e companheiro Rodrigo por ter acompanhado de perto cada momento vivido por mim nesse último semestre.

A todos os professores do curso de jornalismo que contribuíram para minha formação acadêmica.

Principalmente ao meu querido mestre e orientador Luiz Cláudio por sempre estar ali para me ajudar, acreditar em mim e fazer amar ainda mais a nossa profissão.

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de analisar reportagens do telejornal da Globo DF TV 2ª edição que trataram grupos de pessoas em situação de rua como criminosos, a fim de avaliar o discurso e a narrativa dessa construção. Para cumprir o objetivo, esta pesquisa ampara-se em uma análise de discurso associada à teoria da representação de atores sociais de van Leeuwen (1977). Foram encontradas duas reportagens que se enquadraram na proposta definida. A análise aponta que a população em situação de rua não tem visibilidade. A essas pessoas, nas reportagens observadas, são atribuídos crimes e estigmas que violam ainda mais a cidadania dessas pessoas em situação de risco.

Palavras-chave: Jornalismo social. Situação de rua. Representação social.

ABSTRACT

The objective of this paper is to analyze reports from the TV Globo DF TV 2nd edition treating groups of street people as criminals in order to evaluate speech and narrative of this construction. To fulfill the objective, this research is based on a discourse analysis associated with van Leeuwen's (1977) theory of representation of social agents. Two reports were found that fit the defined proposal. The analysis points out that the population of street people has no visibility. In the reports observed, crimes and stigmas are attributed to this section of the population that further violate the citizenship of these people at risk.

Key-words: Social journalism. Homelessness. Social representations.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 RESPONSABILIDADE SOCIAL DA IMPRENSA	13
1.1 História do jornalismo no Brasil	13
1.2 Papel social do jornalista	14
1.3 Objetividade e imparcialidade	16
2 ÉTICA JORNALÍSTICA.....	18
2.1 Do direito à informação	19
2.2 Da conduta profissional do jornalista	19
2.3 Da responsabilidade profissional do jornalista	20
2.4 Da aplicação do código de ética	21
3 FONTES	22
3.1 Personagem	24
4 O QUE EXPLICA AS NOTÍCIAS SEREM COMO SÃO	25
5 LINGUAGEM AUDIOVISUAL	28
6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	31
6.1 A representação dos atores sociais	33
6.2 Análises das reportagens	35
6.3 Observações da reportagem 1	35
6.4 Observações da reportagem 2	39
7 REFLEXÕES COMPLEMENTARES.....	Erro! Indicador não definido.
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49
ANEXO	51

INTRODUÇÃO

A representação midiática de pessoas em situação de rua é interesse do campo de pesquisa da comunicação tendo em vista aspectos relacionados diretamente ao *ethos* profissional do jornalista. O tratamento de narrativas sobre pessoas em situação de risco foi o foco de incômodo que subsidiou a coleta de materiais da principal emissora de televisão brasileira na capital, a TV Globo, em particular o programa jornalístico DF TV. Parte-se da premissa de que, como a sociedade, pessoas vulneráveis também são invisibilizadas ou estigmatizadas em textos jornalísticos. O caminho executado por profissionais de comunicação, que são cidadãos da elite no Brasil, retrata um desconhecimento e preconceito como princípios de trabalho. Por isso, foram coletadas duas reportagens que colocam pessoas em situação de rua como possíveis investigados. Essa foi a ideia de verificação da amostragem.

No dia a dia, os cidadãos de tão acostumados com o contato com pessoas em situação de rua, há quem não repare sua presença. A situação vai sendo naturalizada e começa a não ser mais percebida como um problema de injustiça social. O jornalismo deve caminhar no sentido contrário. Nascimento (2003) afirma que são pessoas negadas em sua humanidade: “homens e mulheres que não são mais vistos por seus semelhantes. E talvez já não se sintam também como tais”. Nesse contexto, Mattos e Ferreira (2004) expõem reflexões sobre essas representações sociais pejorativas que se constroem acerca da população que mora na rua:

Alguns as vêem como perigosas, apressam o passo. Outros logo as consideram vagabundas e que ali estão por não quererem trabalhar, olhando-as com hostilidade. Muitos atravessam a rua com receio de serem abordados por pedido de esmola, ou mesmo por pré-conceberem que são pessoas sujas e mal cheirosas.[...]. Habitados com suas presenças, parece que estamos dessensibilizados em relação à sua condição. [...] Observa-se, assim, a existência de representações sociais pejorativas, em relação à população em situação de rua, que se materializam nas relações sociais. Estes conteúdos interferem na constituição da identidade destas pessoas: é conhecimento socialmente compartilhado e utilizado como suporte para a construção de suas identidades pessoais. Trata-se de conteúdos simbólicos de cunho ideológico, na medida em que

favorecem a cristalização de relações de exploração e dominação. (MATTOS e FERREIRA, 2004, pp. 47-48)

Essas representações, além de impactarem as identidades pessoais, também têm efeitos no modo como agimos em relação à situação de rua. “Vagabundo”, “preguiçoso”, “bêbado”, “drogado”, “sujo”, “perigoso” são designações comuns que aparecem, inclusive em reportagem, sobre pessoas em situação de rua. Além de estas tipificações reforçarem a construção de identidades articuladas com valores negativos, elas são utilizadas como suporte para a construção de suas identidades. Mattos e Ferreira (2004) afirmam que o ápice da tipificação é a completa representação da pessoa como um “tipo”, somente pelos aspectos rotulados, negando sua humanidade.

Resende (2012) afirma que a representação discursiva da situação de rua na mídia influencia a forma como percebemos e reagimos à precariedade social, como identificamos pessoas em situação de rua e nos identificamos em relação ao problema. Por isso, a preocupação com a questão da representação de atores sociais em contextos de desigualdade e precariedade social é essencial.

Nesse contexto, foi percebida a necessidade de abordar o tema, pois, muitas vezes, pessoas em situação de rua são marginalizadas. E muitas vezes têm sua intimidade violada e sua imagem distorcida. É possível tratar sobre a responsabilidade social do jornalista, identificar características da ética da profissão e refletir sobre a objetividade e a imparcialidade.

O objetivo da pesquisa é o de analisar reportagens do telejornal da Globo DF TV 2ª edição que trataram grupos de pessoas em situação de rua como criminosos, a fim de avaliar o discurso e a narrativa dessa construção. Foram encontradas duas reportagens que se enquadraram na proposta definida. Para cumprir o objetivo, esta pesquisa ampara-se em uma análise de discurso associada à teoria da representação de atores sociais de van Leeuwen (1997). O objeto foi selecionado a partir de buscas no site da Globo.com. Tratam-se das reportagens sobre pessoas em situação de rua disponíveis no site da empresa.

A primeira parte da monografia traz uma reflexão sobre a responsabilidade social do jornalista. Contextualiza a origem e o desenvolvimento dessa profissão, buscando mostrar como surgiu o conceito do seu papel social. A segunda parte discorre sobre a ética jornalística à luz do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. É um capítulo que se justifica pelo fato de o jornalismo influenciar a formação da opinião pública. Portanto, é essencial ter um documento deontológico regulador que garanta aos profissionais a manutenção de seus direitos e o cumprimento dos seus deveres. O jornalismo sempre se apoia na fala de um outro, ou seja, não há jornalismo sem testemunha. É nessa afirmativa que se baseia a terceira parte da monografia. Discorre sobre o cuidado que o jornalista deve ter na construção do personagem e sobre a classificação das fontes segundo Lage (2001). Na quarta parte são explicadas as Teorias do Newsmaking e do Gatekeeper como forma de explicar o fato de as notícias serem como são. A quinta parte trata da linguagem audiovisual, seus diferenciais e os cuidados que se deve ter com a imagem. Na sequência, são apresentados os métodos e a análise dos materiais selecionados. Por último, são apresentadas algumas reflexões complementares.

1 RESPONSABILIDADE SOCIAL DA IMPRENSA

Para melhor compreender como é importante refletir sobre a responsabilidade social do jornalista (base da discussão do presente trabalho), torna-se necessário contextualizar a origem e o desenvolvimento dessa profissão. Conhecer a trajetória da profissionalização desses produtores de conteúdo é fundamental para entender o caminho que fez com que o jornalista abraçasse o *ethos* reconhecido.

1.1 História do jornalismo no Brasil

O homem sempre teve necessidade de se comunicar com os seus semelhantes, registrando os fatos do dia a dia. A imprensa no Brasil surgiu tardiamente, já que teve seu início apenas no século 19, com a chegada da família real.

Os conceitos que regulam a prática do jornalismo na sociedade têm variado bastante desde o surgimento deste último a passagem ao século 18. O jornalismo nasceu, como se sabe, dentro do processo de formação do mundo moderno. [...] A configuração do jornalismo como prática social relativamente consistente começou no final do século 17. (RUDIGER, 1998, p.13)

A Gazeta do Rio de Janeiro, fundada em 1808, foi o primeiro jornal do Brasil. Foi marcado pela censura e o extremo controle que garantia a centralização da produção e circulação de impressos desde sua implementação até a independência do Brasil, em 1822. Na época da independência, as elites perceberam a força da imprensa sobre a sociedade, então começaram a utilizá-la como mecanismo de difusão ideológica sobre a sociedade.

Os pasquins marcaram o primeiro momento da imprensa brasileira. Eram pequenos jornais-panfletos que sempre estiveram ligados à contestação política e social. Considerados como uma das primeiras formas de imprensa popular, sempre foram alvo de grande repressão e eram vistos por muitos setores (principalmente políticos) como uma ameaça. Com o fim da instabilidade política, os pasquins entram em declínio e são substituídos pelos órgãos político-partidários.

Os partidos encarregaram-se de montar suas próprias empresas e lançar periódicos pelos quais assumiam inteira responsabilidade.

Nesse contexto, surgiam as redações propriamente falando, os jornais passam a ter uma organização editorial e se consolidou uma racionalidade em seu funcionamento. Os políticos foram progressivamente tomando o lugar dos tipógrafos na função social de jornalistas. (RUDIGER, 1998, p. 28)

À medida que os ânimos políticos se acalmam, surgem dois novos padrões da imprensa. De um lado ocorria a conversão dos jornais em empresa, voltada à notícia enquanto produto; de outro, surgia a imprensa operária que representava o operário urbano. A imprensa operária não possuía uma organização e era destinada a uma parcela específica de operários que mantinham o periódico. Tinha por objetivo politizar, informar e, principalmente, organizar os trabalhadores brasileiros (FERREIRA, 1978, p.14). Por causa da repressão política e outros motivos a imprensa operária entrou em declínio no final dos anos de 1920.

No fim do século 19, a imprensa estava se tornando industrial. Com a mudança os jornais políticos estavam dando lugar a um novo tipo de imprensa que tinha como objetivo informar a população, de maneira imparcial.

A partir da década de 1920, os grandes jornais começam a ser vistos como instituição, crescem em prestígio e o seu papel social que, muitas vezes, acaba formando a opinião pública. Começava então a se pensar em jornalistas que precisavam informar seus leitores, fiscalizar o poder e buscar informações verídicas. O conceito do papel social do jornalista está ligado à ideia de servir a sociedade com informações verídicas, objetivas e imparciais, longe de qualquer influência governamental e/ou institucional.

1.2 Papel social do jornalista

Para Kovach e Rosentiel (2003) a principal finalidade do jornalismo tem permanecido a mesma desde que surgiu a noção de “imprensa”, há mais de 300 anos: fornecer aos cidadãos as informações de que necessitam para serem livres e se autogovernar. Bucci (2002) acredita no jornalismo como instituição da cidadania que deve ser regida por uma ética que preserve, acima de tudo, os direitos dos cidadãos. A democracia baseia-se em um compromisso fundamental com a maioria e a minoria da sociedade. O profissional de imprensa não é como os empregados de

outras empresas, ele tem uma obrigação social que vai além da empresa que ele trabalha. Seu compromisso com a sociedade é o princípio fundamental de sua existência. Isso faz do jornalismo uma profissão única, enraizada nos valores do homem.

Os jornalistas devem agir como um monitor independente do poder, proteger os direitos e deveres dos cidadãos. Por isso que é essencial a liberdade de imprensa. O artigo 10 da Declaração Universal dos Direitos Humanos diz que:

Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão, este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras. (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948)

Não há discordância de que a primeira lealdade do jornalista é com o cidadão. Sendo assim, tem obrigação com a verdade. Mas o conceito de verdade gera muita discussão. Vamos usar como base o conceito que Kovach e Rosentiel (2003) apresentam como verdade jornalística, que não é a verdade no sentido absoluto e filosófico, mas uma forma prática e funcional da verdade. Apurar direito os fatos e dar-lhes sentido.

A mídia é uma grande formadora de opiniões. Por isso tem uma grande responsabilidade na hora de transmitir notícias. Essas devem ter valor ético, ouvir todos os lados da situação e ser muito bem apuradas para não cometer erros. E, como formador de opinião, Bucci (2002) acredita que o jornalismo é ou deve ser, ou deve-se esperar que seja, um fator de educação permanente do público- um fator de combate ao preconceito, sejam eles quais forem.

O preconceito é algo muito comum na nossa sociedade e é preciso muita cautela do repórter para não reproduzir os preconceitos típicos do senso comum. É importante lembrar que a notícia sempre tem uma vítima, por isso Bucci (2002) afirma que é essencial a imprensa informar a todos, sem privilegiar os mais abastados, e também dar voz às mais diversas correntes de opinião.

Os personagens que se situam no topo da pirâmide social têm merecido mais esse tipo de preocupação do que aqueles que se situam na base. É

tristemente curioso que só se fale em invasão de privacidade quando a pessoa prejudicada é alguém de posse ou de poder. É como se gente pobre não tivesse intimidade a ser preservada[...]. As câmeras invadem barracos e cortiços, e gravam sem pedir licença. [...] Como vivem à margem dos direitos, essas pessoas não têm reconhecido o seu direito à privacidade; sua intimidade não existe- ou não vale nada. (BUCCI, 2002, p. 156)

A verificação é outro ponto muito importante. Muitas vezes, pela correria da redação, os repórteres e editores atropelam alguns princípios. É essencial checar a informação antes de publicá-la. Paul Johnson (1999 apud BUCCI, 2002, p. 141) afirma que a pressa é justa, boa e necessária – mas, quando assumida como um valor ético equiparável à correção, pode ser o atalho para o erro. Acima das exigências de velocidade do mercado deve estar o compromisso com a verdade. Kovach e Rosentiel (2003) afirmam que, no fim das contas, o jornalismo é uma questão de caráter; os jornalistas têm uma obrigação com sua consciência.

1.3 Objetividade e imparcialidade

De acordo com Traquina (2012), nenhum valor no jornalismo tem sido alvo de tanta discussão, crítica e má compreensão como a objetividade. Ela nasceu no século 20 quando a prioridade era dada aos fatos e não mais às opiniões. A imparcialidade se obtém com a investigação dos fatos e não com opiniões a respeito deles. Segundo Pena (2005), a objetividade surge porque há uma percepção de que os fatos são subjetivos, ou seja, construídos a partir da mediação de um indivíduo, que tem preconceitos, ideologias, carências, interesses pessoais ou organizacionais e outras idiosincrasias. Como estas não deixarão de existir foi criado um método: objetividade (PENA, 2005).

Ao escrever uma matéria, o jornalista deve abster-se de opinar, o que não quer dizer que não tenha seus próprios princípios de vida e de trabalho. Trazer um foco de pauta que não privilegie a elite em detrimento dos mais vulneráveis é um comportamento esperado dos profissionais da notícia. Jornalistas sofrem, como qualquer outro profissional ou cidadão, influência do meio em que vivem, seus preconceitos, ideais, valores, tempo, rotina, e ideais da organização em que trabalham, o que acaba afastando o jornalista de uma notícia que mais se aproxime da imparcialidade e a objetividade.

A objetividade no jornalismo não é a negação da subjetividade, mas uma série de procedimentos que membros da comunidade interpretativa utilizam para assegurar uma credibilidade como parte não-interessada e se protegerem contra eventuais críticas ao seu trabalho (TRAQUINA, 2012, p.141).

Ao citar Tuchamn, Traquina (2012) destaca que a objetividade deve ser encarada como um ritual estratégico, porque os jornalistas invocam os procedimentos rituais para neutralizar potenciais críticas. Traquina (2012) cita os procedimentos identificados com a objetividade, conforme descrito na sequência. Primeiro é apresentar tanto a versão da Fonte “A”, como a Fonte “B”; dessa forma o jornalista pode reivindicar que foi objetivo por mostrar os dois lados da questão. Segundo é a apresentação de provas auxiliares, que consiste na localização e citação de “fatos” suplementares que são geralmente aceitos como verdadeiros. Terceiro procedimento é o uso judicioso das aspas, ou seja, ao inserir a opinião de alguém, os jornalistas acham que deixam de participar na notícia deixando os “fatos” falarem. Quarto e último procedimento identificado com a objetividade é a estruturação da informação em uma sequência apropriada, ou seja, a pirâmide invertida.

2 ÉTICA JORNALÍSTICA

Pelo fato de o jornalismo ser tão importante para a formação da opinião pública e ter grande responsabilidade social, é essencial ter um documento deontológico regulador que garanta aos profissionais a manutenção de seus direitos e o cumprimento dos seus respectivos deveres. No Brasil, vários códigos deontológicos dividem espaço nas redações. Os mais conhecidos são:

- Código de Ética e Auto-Regulamentação da Associação Nacional de Jornais (ANJ);
- Princípios Éticos da Associação Nacional dos Editores de Revistas (Aner);
- Código de Ética da Radiodifusão Brasileira, da Associação de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert);
- Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, assinado pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj).

Desses códigos Christofolletti (2008) afirma que apenas o da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) é voltado ao profissional propriamente dito. Os três documentos anteriores assinalam valores para o exercício jornalístico, mas não falam sobre os comportamentos dos profissionais de jornalismo. Por esse motivo foi selecionado o Código de Ética da Fenaj para direcionar a pesquisa. O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros foi criado em 1986 mas, sua última atualização foi feita em 2007. É constituído por 19 artigos divididos em cinco capítulos que vão do direito à informação até as relações profissionais. Christofolletti (2008) menciona os valores especificados no código:

[...] direito à informação, correção e precisão das informações, veracidade dos fatos, interesse público, liberdade de imprensa, pluralismo, clareza, sigilo da fonte, respeito à intimidade e à privacidade. [...] o texto deontológico é bastante nítido quanto aos conceitos fundamentais do jornalismo. (CHRISTOFOLLETTI, 2008,p.86)

Christofolletti (2008) conclui que o exercício da profissão é uma “atividade de natureza social”, não devendo o profissional impedir a manifestação de opiniões divergentes e nem incitar a violência, a intolerância e o crime.

2.1 Do direito à informação

O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros baseia-se no direito fundamental do cidadão à informação, que abrange seu o direito de informar, de ser informado e de ter acesso à informação. A sociedade possui o direito de se manter informada quanto às questões que envolvem seu cotidiano e é obrigação do jornalista propiciar-lhe este direito. A imprensa informa os cidadãos sobre os fatos, a fim de que estes sejam capazes de formar a sua própria opinião. É dever do jornalista driblar qualquer interesse dos proprietários do veículo para o qual trabalha e buscar sempre a divulgação das notícias baseado no interesse social.

Devido ao capitalismo a notícia passou a ser tida como mercadoria. Porém essa tendência para uma comercialização dos produtos jornalísticos ameaça a ética profissional. A Declaração da UNESCO lembra que no jornalismo a informação é entendida como um bem social e não como um simples produto. Por isso, o jornalista não deve recolher informação e as transformar em notícia para seu próprio lucro ou de seu empregador. A divulgação da informação deve ser precisa e correta, esta missão não pode ser cumprida sem liberdade. Isso porque a liberdade é a condição básica de uma informação verdadeira e de uma informação justa.

A liberdade de imprensa, a propósito, é um princípio assegurado não por eles, jornalistas, mas pela sociedade, que deles precisa para mediar a comunicação pública. Do mesmo modo, está no fundamento da ética jornalística, qualquer que seja a sua acepção, a defesa da liberdade, da verdade, da justiça, da pluralidade de opiniões e pontos de vista, e da vigilância dos atos do governo. De forma que o que pode haver de melhor na imprensa é aquilo que contribua para o aperfeiçoamento dos princípios e dos valores sobre os quais repousa a sua própria liberdade. (BUCCI, 2002, p.18)

2.2 Da conduta profissional do jornalista

O art. 4º do Código de ética dos Jornalistas Brasileiros afirma que o princípio fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos, e seu trabalho deve estar sempre embasado na apuração e divulgação correta dos acontecimentos.

O tratamento das fontes está no cerne do trabalho do jornalista. Cornu (1994) defende que o profissional deve publicar somente as informações cuja a origem é

conhecida, ou caso contrário, fazê-las acompanhar das informações necessárias. O cuidado com a identidade das fontes é também um ponto que precisa de atenção. Se o profissional considerar necessário é importante resguardar a mesma, visto que muitas vezes a divulgação de seus nomes ou sua imagem pode causar-lhes algum dano.

O Código submete aos jornalistas alguns deveres básicos no que diz respeito ao seu compromisso com a população e até mesmo com a categoria profissional. Dentre esses está o dever de “combater e denunciar todas as formas de corrupção, principalmente quando esta tiver como objetivo o controle da informação”. É a partir desse dever que surge a ideia do jornalismo como o quarto poder, ou seja, o jornalista como vigilante do poder público que protege os cidadãos contra abusos do governo.

Dentro da visão humanista e social da profissão, é contrário ao Código o jornalista “usar o jornalismo para incitar a violência, a intolerância, o arbítrio e o crime” além de submeter-se a “diretrizes contrárias à divulgação correta da informação; frustrar a manifestação de opiniões divergentes ou impedir o livre debate; e concordar com a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, políticos, religiosos, raciais, de sexo e de orientação sexual”. Esse é um ponto muito importante, uma vez que uma das principais funções do jornalista é a de propiciar o debate público das principais questões sociais, visando o fim de todo tipo de discriminação, através da universalização da informação. Os jornalistas devem defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, “Respeitar o direito à intimidade, à privacidade, à honra e à imagem do cidadão”.

2.3 Da responsabilidade profissional do jornalista

O jornalista é responsável por toda a informação que divulga, para bem informar os cidadãos, o profissional deve seguir inúmeras exigências para garantir a imparcialidade e a veracidade da informação. Não pode divulgar informações visando o interesse pessoal ou vantagem econômica. Princípios como “ouvir sempre, antes da divulgação dos fatos, todas as pessoas envolvidas no acontecimento” e “tratar com respeito a todas as pessoas mencionadas nas

informações a divulgar” são fundamentais para a garantia da imparcialidade e veracidade da informação.

O artigo 12 do Código afirma que o jornalista deve informar claramente à sociedade quando suas matérias tiverem caráter publicitário. Bucci (2002) afirma que a ética da imprensa é específica quando trata da relação entre publicidade e reportagem, e assim deve ser, um pacto de credibilidade com seu público.

Os meios de comunicação podem se dedicar exclusivamente ao entretenimento; a imprensa não; ela deve noticiar e interpretar os fatos, assim como dar espaço às ideias e aos debates de interesse público. [...] Ao apurar um acontecimento, o repórter tem o dever de procurar por todos os lados envolvidos. Não se pode dizer o mesmo da propaganda: [...] o publicitário não pode mentir, por certo, mas a ele basta mostrar o argumento de venda de seu produto. (BUCCI, 2002, p.186)

O respeito pela verdade passa pelo dever de retificação. Muitas vezes pela correria nas redações para o fechamento do jornal alguns erros são cometidos. A partir do momento em que se tem conhecimento do erro, deve ser passado para a população a informação correta.

2.4 Da aplicação do código de ética

As transgressões ao Código de Ética estão sujeitas a “penalidades de observação, advertência, suspensão e exclusão do quadro social do sindicato e à publicação da decisão da comissão de ética em veículo de ampla circulação” (Art. 17 do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros).

As violações serão apuradas pela Comissão de Ética, que é composta por cinco membros eleitos por voto secreto em Assembléia Geral da Categoria. São várias as competências da Comissão Nacional de Ética, entre essas está processar e julgar, originariamente, denúncias de transgressão ao Código de Ética cometida por jornalistas.

3 FONTES

O ponto de partida para escrever um bom texto jornalístico é apurar, e nisso consiste ouvir testemunhas, buscar documentos e informações fornecidas por instituições e por outros meios. Toda essa diversidade de busca de informação é realizada por meio de fontes. As fontes de informação são um elemento fundamental, e é tarefa dos repórteres selecionar e questioná-las.

Pena (2005) lembra um velho ditado de alto valor na profissão: “quem conta um conto aumenta um ponto”. O jornalista deve sempre lembrar que qualquer relato de alguma fonte, nada mais é do que a subjetiva interpretação de um fato. Sua visão sobre determinado acontecimento está mediada pelos “óculos” de sua cultura, sua linguagem e seus preconceitos. E, dependendo do grau de miopia, a lente de aumento pode ser direcionada para seus próprios interesses” (PENA, 2005, p. 57).

Existem pessoas que não têm interesse direto na publicação da reportagem e que estão dispostos a passar informações corretas. Mas é imprescindível a checagem das informações, principalmente se elas forem dadas por fontes oficiais. Como afirma Pena (2005), para jornalista a desconfiança não é pecado é a norma de sobrevivência.

Com a chegada da internet muitas “coisas” na profissão mudaram e em relação às fontes não foi diferente. Como em quase todas as mudanças existe um lado negativo, já que ficou muito mais fácil alterar documentos, imagens e criar provas falsas. Mas também tem o lado positivo, que possibilitou uma nova forma de o profissional se relacionar com a fonte. A tecnologia permite que profissionais usem e-mail, telefone e videoconferência para entrevistar sua fonte. Mas, como muitos autores afirmam, a interação pessoal com a fonte não deve ser sempre substituída pelos meios eletrônicos.

As fontes podem ser de vários tipos, mas vamos nos ater à classificação feita pelo autor Nilson Lage (2001) em seu livro “A reportagem”. Lage classifica as fontes

em três grupos: oficiais, oficiosas e independentes; primárias e secundárias; e testemunhas e *experts*.

As *fontes oficiais* são o Governo, institutos, empresas, associações e demais organizações. “São sempre as mais tendenciosas. Têm interesses a preservar, informações a esconder e beneficiam-se da própria lógica do poder que as colocam na clássica condição de Instituição” (PENA, 2005, p.62). As *fontes oficiosas* estão ligadas a alguma das instituições citadas, mas não têm autorização para falar em nome dela, o que significa que o que disserem poderá ser desmentido. As *fontes independentes* são aquelas que não têm nenhum vínculo direto com o assunto em questão. Neste caso, as fontes se tornam mais confiáveis, pois elas não serão beneficiadas por contarem uma versão falsa, ou seja, provavelmente o relato será fiel e verdadeiro.

As *fontes primárias* são aquelas que têm relação direta com o fato. Segundo Lage (2001), trata-se da pessoa que fornece o essencial da matéria: os fatos, versões e números. Já as *fontes secundárias* são usadas para contextualizar a reportagem.

O último na classificação de Lage (2001) está relacionado às fontes que *testemunharam* o acontecimento e aos *especialistas*. Pena (2005) lembra que o relato da fonte testemunhal sempre estará mediado pela emoção, pelos preconceitos, pela memória e pela própria linguagem. Testemunha é apenas a perspectiva de um fato, jamais sua exata e fiel representação (PENA, 2005, p.64). De modo geral, o testemunho mais confiável é o mais imediato (LAGE, 2001, p. 67), uma vez que a memória de curto prazo é a mais fidedigna. A *fonte expert* são geralmente *fontes secundárias*, já que são pessoas treinadas, capacitadas e que dominam determinado assunto.

A pluralidade e diversidade de fontes, que agem de formas diferentes e detêm qualidades diversas, exige grande cuidado por parte do jornalista. O profissional deve saber que qualquer descuido pode ocasionar uma divulgação de informações incorretas e adulteradas, o que pode trazer consequências drásticas, tanto para o jornalista quanto para a fonte.

3.1 Personagem

O jornalismo sempre se apoia na fala de um outro, ou seja, não há jornalismo sem testemunha. De uma forma geral isto implica dizer que não há jornalismo sem a construção de um personagem. Casadei (2010) afirma que este crédito dado à testemunha é uma das fases mais cruciais e complicadas do trabalho jornalístico, uma vez que a personagem jornalística representa uma pessoa com existência real e que é irredutível às narrativas que contam a seu respeito.

Ao tecer considerações baseadas em biografias, Backscheider (2002) pontua que “a pessoa mais invisível, é também a mais poderosa: o autor”. Isso por que o que sabemos dessa pessoa real é apenas a personagem que os meios nos oferece. Por isso a responsabilidade de fazer uma boa apuração para falar sobre alguém é de grande importância, uma vez que a imagem dessa pessoa está em suas mãos. O jornalista é responsável pelas imagens que estão em construção, uma vez que “ele possui autonomia de escolha entre os elementos que lhe são propostos pelo real e na respectiva elaboração”, como afirma Motta (2004). Mostrar determinados detalhes significativos da vida de pessoas em detrimento de outrem é um modo de dar ao texto uma determinada direção.

Os receptores do jornalismo conhecem as figuras públicas através de fragmentos que são veiculados. A mídia constrói personagens de acordo com seus critérios. Casadei (2010) exemplifica essa escolha: uma personagem como Sarney pode ser descrita tanto como “ex-presidente da República” quanto como “apoiador do regime militar”, sem que nenhuma destas duas informações seja falsa. Escolher uma ou outra depende do foco que você quer dar a essa personagem dentro da história.

4 O QUE EXPLICA AS NOTÍCIAS SEREM COMO SÃO

Entender por que notícias são veiculadas com preconceito na origem é tema de análise de teorias do jornalismo. Um dos principais objetivos da atividade jornalística é fornecer matérias de acontecimentos relevantes à sociedade. Diante da imprevisibilidade dos acontecimentos, as redações precisam colocar em ordem o tempo e o espaço. Para decidir, dentre inúmeros fatos, o que pode ser considerado notícia é necessário estabelecer um conjunto de critérios. A teoria do Newsmaking consiste, por exemplo, nessa sistematização dos processos que a informação passa até chegar a sua publicação: seleção da notícia, produção e publicação.

Essa teoria rejeita a teoria do espelho, afirmando que o jornalismo não é o reflexo fiel da realidade, mas sim uma construção social da mesma. Pena (2005) lembra que por ela não ser o reflexo, não significa que as notícias são falsas, sem correspondência com a realidade exterior. Bird e Dardenne (1988) defendem que considerar as notícias como narrativas não nega o valor de as considerar como correspondências da realidade (WOLF, 2002, p. 202). Tuchman (1993) afirma que a notícia é uma realidade construída possuidora da sua própria validade interna.

Ao citar Tuchman (1977), Pena (2005) destaca que os veículos de comunicação devem cumprir três obrigações para produzir o noticiário:

- 1- Tornar possível o reconhecimento de um fato desconhecido como acontecimento notável;
- 2- Elaborar formas de relatar os acontecimentos que não tenham a pretensão de dar a cada fato ocorrido um tratamento idiossincrático;
- 3- Organizar, temporal e espacialmente, o trabalho de modo que os acontecimentos noticiáveis possam fluir e ser trabalhados de uma forma planificada. (PENA, 2005, p. 129)

Isso significa que, embora o jornalista participe na construção da realidade, ele deve seguir um planejamento produtivo. O profissional deve ser objetivo, sendo apenas um observador e relator fiel dos acontecimentos.

Umas das práticas que se ocupa a teoria do Newsmaking é a noticiabilidade, conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é suscetível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, possuindo “valor-notícia” (TRAQUINA, 2012, p. 63). A noticiabilidade é negociada por repórteres, editores, diretores e outros atores do processo produtivo na redação. Mas a maioria dos jornalistas tem critérios próprios, quase instintivos, para decidir o que é ou não notícia. Wolf define a noticiabilidade como:

O conjunto de elementos por meio dos quais o aparato informativo controla e administra a quantidade e o tipo de acontecimentos que servirão de base para a seleção das notícias, podemos definir os valores/notícia como um componente da noticiabilidade (WOLF, 2002, p.202)

Quais acontecimentos são considerados suficientemente relevantes para serem transformados em notícia? Os valores-notícia representam a resposta para essa pergunta. São um importante elemento de interação jornalística e constituem referências claras e conhecimentos práticos sobre a natureza e os objetos das notícias, referências essas que podem ser utilizadas para facilitar a complexa e rápida elaboração das notícias (TRAQUINA, 2012, p. 62). Wolf (1987) lembra que os valores-notícias são critérios de relevância presentes em todo o processo de produção, não, somente, na seleção de notícias.

Wolf (2002) afirma que os valores-notícia são usados de duas maneiras. Primeiro como critério para selecionar o que deve ser incluído na matéria e como linhas-guia para a apresentação do produto final. São regras práticas que guiam o trabalho do jornalista na redação.

Para não perder tempo, os valores-notícia devem ser uma rotina, um processo de decisão que deve ser realizado de forma rápida e fácil. Segundo Gans:

Os critérios devem ser aplicáveis de maneira fácil e rápida, de modo que as escolhas possam ser feitas sem muita reflexão. Considerações simples também ajudam os jornalistas a evitar incertezas excessivas sobre o fato de ter ou não efetuado a escolha apropriada. Por outro lado, os critérios devem ser flexíveis, a fim de poder se adaptar à variedade sem-fim de eventos disponíveis; além disso, eles devem ser relacionáveis e comparáveis, visto que a conveniência de uma notícia depende sempre de quais outras estão disponíveis. (GANS, 1979, p.82)

A teoria de gatekeeper refere-se à pessoa ou grupo que tem o poder de tomar decisões, decidir se deixa passar ou não uma informação. Essa teoria baseia-se apenas na fase de seleção de notícias, deixando de lado outras dimensões importantes do processo de produção de notícias.

Nesta teoria, o processo de produção da informação é concebido como uma série de escolhas onde o fluxo de notícias tem de passar por diversos gates, isto é, “portões” que não são mais do que áreas de decisão em relação às quais o jornalista, isto é, o gatekeeper, tem de decidir se vai escolher essa notícia ou não (TRAQUINA, 2012, p.152)

A teoria do gatekeeper analisa as notícias apenas a partir de quem as produz: os jornalistas. Schudson (1989) afirma que as notícias são explicadas como um produto das pessoas e das suas intenções.

Pelo fato de a seleção do gatekeeper agir como controle do processo informativo, é muito importante entender como é realizada essa filtragem. White (1950) fez um estudo para definir os portões que funcionam como “cancelas”, que determinam se a informação passa ou é rejeitada. White chegou à conclusão de que o processo de seleção é subjetivo, arbitrário e dependente de juízos de valor baseados no conjunto de experiências, atitudes e expectativas do gatekeeper. Estudos realizados posteriormente concluíram que o fator predominante sobre o trabalho jornalístico era o peso da estrutura burocrática da organização e não as avaliações pessoais do jornalista.

5 LINGUAGEM AUDIOVISUAL

No dia 19 de setembro de 1950 a TV Tupi transmitiu o primeiro Telejornal do Brasil “Imagens do Dia” que mostrava imagens sem edição dos acontecimentos do dia. O telejornal faz parte da programação da TV brasileira cumprindo uma determinação legal. O decreto 52.795 de 31.10.1963, que trata do regulamento dos serviços de radiodifusão, estipula que as emissoras dediquem cinco por cento do horário da programação diária ao serviço noticioso. (CURADO, 2002)

De acordo com a Pesquisa Brasileira de Mídia 2016 - Hábitos de Consumo de Mídia pela População Brasileira divulgada pela Secretaria de Comunicação Social do governo, quase 90% dos brasileiros se informam pela televisão sobre o que acontece no país, sendo que 63% têm na TV o principal meio de informação.

No Brasil, especificamente, a relação entre mídia e público é “formatada” pela extrema desigualdade social: enquanto as três maiores redes de televisão (Globo, SBT e Bandeirantes) têm, juntas, um público telespectador da ordem dos 60 milhões, os cerca de quatrocentos jornais diários publicados no país (dos quais, os três mais importantes são a Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo) não conseguem vender, todos juntos, mais do que 7 milhões de exemplares. A disparidade entre número de telespectadores e de leitores mostra que apenas uma elite muito reduzida mantém o hábito de ler. A fonte principal de informação, no Brasil, é a televisão (ARBEX, 2002, pp. 263-264).

O audiovisual é um sistema de comunicação que transmite informações por meio de sons e imagens. Os dois elementos são sincronizados de forma que complementem um ao outro. A diferença básica entre o audiovisual e outras formas de comunicação é que ele pode provocar estímulos e reflexões que são improváveis em outros meios de comunicação em massa. Barbeiro e Lima (2002) afirmam que as imagens pesam mais do que palavras.

Por suas características como meio de divulgação, que combina som e imagem, a televisão tem uma maneira própria de transmitir a informação. A linguagem, o tempo e o ritmo são peculiares, se comparados a outros meios de comunicação. (CURADO, 2002, p. 19)

A programação da TV aberta possui um ritmo marcante próprio de sua natureza que acaba voltada à comunicação de notícias de forma breve. De acordo

com Barbeiro e Lima (2002) o texto jornalístico, independente se for veículo impresso ou eletrônico, deve ser claro, conciso, direto, preciso, simples e objetivo.

O texto do telejornal exige instantaneidade na sua compreensão, o que obriga o jornalista a fazer com que a notícia seja entendida pelo espectador no exato momento em que é transmitida, uma vez que o telespectador não está lendo a notícia, está ouvindo e vendo. De acordo com Curado (2002), a primeira regra a ser observada pelo jornalismo de televisão, do ponto de vista da comunicabilidade, é a clareza. A notícia dada pela TV não pode confundir quem a escuta. A notícia não deve levar o espectador parar alguns momentos para tentar entender o que acaba de ouvir.

Respeitar a palavra é muito importante no texto da televisão. Imprescindível, no entanto, é não esquecer que a palavra está casada com a imagem. O papel da palavra é enriquecer a informação visual. Quem achar que a palavra pode competir com a imagem está completamente perdido. Ou o texto tem a ver com o que está sendo mostrado ou o texto trai a sua função. (REDE GLOBO DE TELEVISÃO, 1985 apud REZENDE, 2000, p.44)

O jornalista deve ter muita atenção pois não deve utilizar imagens que não tenham conexão com o texto e não pode narrar o que está acontecendo na imagem. A imagem e o texto devem se completar, não competir. Barbeiro e Lima (2002) afirmam que a facilidade de obtenção e tráfego de imagens fazem do telejornalismo o arauto das notícias. A imagem é um chamariz para a audiência.

A televisão é imagem, mas a fala também é essencial. Não se trata de exigir do jornalista um belo timbre de voz, mas clareza na pronúncia das palavras, respeito ao ritmo, velocidade e entonação (BARBEIRO e LIMA, 2002, p.119). A voz é um importante canal de expressão, na comunicação da notícia ela é essencial. Curado (2002) afirma que a interpretação do repórter ou do narrador deve transmitir segurança, autoconfiança e determinação. Isso contribui para que tenha credibilidade.

Barbeiro e Lima (2002) lembram outro ponto essencial na hora de editar uma reportagem para TV é como contar uma história, e, como toda história, a edição precisa de uma sequência lógica que, pelas características do meio, exige uma

combinação de imagens e sons. O tempo de reportagem é determinado pela importância do assunto e pela força das imagens.

O desenvolvimento tecnológico está exigindo do profissional de jornalismo a capacidade de produzir, filmar e editar sozinho uma reportagem. Curado (2002) afirma que o conflito essencial do telejornalismo está no embate entre *show* e a notícia. Como cativar o público sem transformar a notícia em espetáculo.

6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atender ao objetivo principal desta pesquisa que é o de analisar reportagens do telejornal da Globo DF TV 2ª edição que trataram grupos de pessoas em situação de rua como criminosos, a fim de avaliar o discurso e a narrativa dessa construção, esta pesquisa se ampara em uma observação das reportagens do DF TV (programa jornalístico da TV Globo) veiculadas em 2015 e 2017 (ano de realização desta pesquisa). O objeto foi selecionado a partir de buscas no site da Globo.com. Tratam-se das reportagens sobre pessoas em situação de rua disponíveis no site da empresa. Foram encontradas duas reportagens que se enquadraram na proposta definida. O estudo propõe ainda observar como foi feita a ligação entre texto e imagem.

Entre os procedimentos que podem ser utilizados para uma pesquisa dessa matiz, uma ideia foi realizar uma análise de discurso crítica, que remete ao conjunto de abordagens científicas e interdisciplinares para estudos críticos dos textos, em que se considera a linguagem como uma forma de prática social, e que interferiria diretamente na narrativa das reportagens sobre pessoas em situação de vulnerabilidade. A análise de discurso crítica (ADC) vai além da inteligibilidade, entender o que está escrito, e da interpretação, o contexto imediato. Esse tipo de estratégia de aproximação ao objeto visa à compreensão de como um sistema simbólico produziria sentido. A análise não é leitura, mas sim um trabalho sistemático de aplicação de categorias que nos permite a possibilidade de realizar observações de cunho crítico.

A análise de Discurso não estaciona na interpretação, trabalha seus limites, seus mecanismos, como parte dos processos de significação. Também não procura um sentido verdadeiro através de uma chave de interpretação. Não há essa chave, há método, há construção de um dispositivo teórico. Não há uma verdade oculta atrás do texto. Há gestos de interpretação que o constituem e que o analista, com seu dispositivo, deve ser capaz de compreender (ORLANDI, 1999, p. 26)

A análise em tela observa principalmente o discurso em detrimento especificamente da língua ou da gramática. Para Manhães (2005) o discurso é a apropriação da linguagem por um emissor o que confere a este um papel ativo, que

o constitui em sujeito da ação social. Fairclough (2001) afirma que o fluxo de nossa vida diária sempre envolve atividade material, relações sociais, fenômeno mental e discurso.

Isto é, pessoas usam recursos do mundo material (como agora nós estamos usando papel, tinta, um espaço físico para ler etc.) para agir e interagir com outras pessoas (que têm suas próprias crenças, valores), estabelecendo relações sociais (em nosso caso, a relação leitor/autoras), fazendo uso da linguagem, seja diretamente (como o livro que você está lendo ou o professor que possa estar falando) ou indiretamente (o que você pode estar pensando agora). É aqui, nas práticas sociais, que se explica o conceito de discurso. (RAMALHO e RESENDE, 2012, p. 16)

O principal material empírico de pesquisa do ADC é o texto, em qualquer modalidade – orais, sonoros, escritos, visuais – e sob qualquer forma – entrevistas, reportagens, propagandas, filmes e assim por diante. É a partir dele que buscamos conexões dialéticas entre discurso e aspectos sociais problemáticos, como esforço para ajudar a superá-los.

A ADC considera a linguagem como prática social, que, como qualquer prática social, é determinada e restringida pelo aspecto social, produzindo, ao mesmo tempo, efeitos sobre ele e transformando-o, afirma Caldeiras (2012). A linguagem nas práticas sociais se manifesta como discurso: como uma parte irredutível das maneiras como agimos e interagimos, representamos e identificamos a nós mesmos, aos outros e a aspectos do mundo por meio da linguagem.

Fairclough (2010) entende prática social como uma forma relativamente estável de atividades sociais e, como exemplo, cita o **noticiário televisivo**. O discurso é uma dimensão da prática social e tal prática é moldada e transformada pelos discursos. Práticas sociais são “maneiras recorrentes, situadas temporal e espacialmente, pelas quais agimos e interagimos no mundo”.

O mundo pode ser representado de maneiras particulares que revelam modos também particulares de ver e entender o mundo, as pessoas, as relações sociais, as lutas de poder. E isso fica claro quando em um texto o autor utiliza palavras com pesos diferentes para se referir a um mesmo acontecimento. Por exemplo se referir a alguém como “jovem” ou essa mesma pessoa como “delinquente”. A escolha das palavras mostra a forma como o autor vê uma pessoa diante de uma situação.

A ADC define-se pela motivação de “investigar criticamente como a desigualdade social é expressa, sinalizada, constituída, legitimada pelo uso do discurso” (WODAK, 2004, p. 225). O propósito das análises em ADC é mapear as conexões entre escolhas de atores sociais ou grupos, em textos e eventos discursivos específicos, e questões mais amplas, de cunho social, envolvendo poder, conforme afirmam Ramalho e Resende (2011). A proposta de análise de problemas sociais pela lente do discurso se sustenta porque a relação entre discurso e sociedade é entendida como uma relação de constituição mútua.

6.1 A representação dos atores sociais

Para desvendar quais são os diversos modos pelos quais os atores sociais (no caso desse trabalho, a pessoa em situação de rua) podem ser representados discursivamente e que escolhas nos apresenta a língua para nos referirmos às pessoas, Fairclough (2001) propõe um diálogo com a teoria de representação dos atores sociais de Theo van Leeuwen (1997).

As maneiras pelas quais atores sociais são representados em textos podem indicar posicionamentos em relação a eles e a suas atividades - por exemplo, determinados atores podem ter sua agência ofuscada ou enfatizada em representações, podem ser referidos de modos que presumem julgamentos acerca do que são ou do que fazem. Resulta que a análise de tais representações pode ser útil para a investigação da construção discursiva de identificações e relações sociais em textos e interações (RESENDE, 2012, p. 445).

São várias as categorias levantadas por van Leeuwen (1997), porém nem todas são relevantes para a análise deste trabalho. Por esse motivo foram selecionadas categorias de acordo com o interesse específico. Em primeiro lugar, as representações podem incluir ou excluir atores sociais para servir aos seus interesses e propósitos em relação a quem se dirigem. As exclusões podem ser consideradas irrelevantes ou podem estar relacionadas a uma estratégia de ofuscação. Em relação ao processo de inclusão, van Leeuwen (1997) argumenta que é nesse processo que reside a grande força política da representação dos atores sociais. Uma vez incluídos, eles podem ser ativados ou apassivados. Na *ativação*, são representados como ativos em relação à determinada atividade, e na *passivação* são representados como submetidos a uma atividade ou como sendo receptores dela.

Atores sociais podem ser representados de forma generalizada (*generalização*), de acordo com sua classe ou podem ser identificáveis (*especificação*). Os que são representados especificamente podem ser representados por seus nomes próprios (*nomeação*) ou pela função que desempenham (*categorização*). Dentro da categorização eles podem ser referidos em termos de uma atividade, ou uma ocupação, ou uma função, por meio da *funcionalização* ou são definidos não em termo do que fazem, mas em termos do que são, por meio da *identificação*. A *classificação* é um tipo de identificação em que atores sociais são representados de acordo com categorias pelas quais a sociedade ou instituição diferencia classes de pessoas (sexo, origem, classe social, idade etc).

Algumas vezes os atores sociais podem ser representados de maneira impessoal. Segundo van Leeuwen (1997) há dois tipos de *impersonalização*. A *abstração*, onde os atores sociais são definidos por meio de uma qualidade a eles atribuídos, e a *objetivação*, onde são representados por meio de referência a um local ou a algo diretamente associado a sua pessoa ou a sua atividade.

Para atender ao objetivo proposto, na condução da análise das duas reportagens selecionadas foram estabelecidas as seguintes estratégias:

- 1- Transcrição da matéria (apenas para proceder a análise, mas que não foi incluída na monografia);
- 2-Breve resumo;
- 3- Seleção das partes do VT que representam o grupo, destacadas nos quadros a seguir e que serão analisadas;
- 4-Análise de cada trecho individualmente, a partir da teoria de representação dos atores sociais de van Leeuwen (1997);
- 5-Dentro da análise são feitos comentários em torno das imagens que dialogam com o discurso;
- 6- Por fim, é feita uma conclusão das matérias, atribuindo as relações de preconceito que podem ser estabelecidas à luz dos direitos humanos e do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros.

6.2 Análises das reportagens

A partir do que foi definido como “procedimento metodológico” passa-se a observar circunstâncias narrativas das duas reportagens encontradas em que pessoas em situação de rua receberam destaque na TV Globo nos anos de 2015 e 2017. Antes de serem apresentadas as características de forma detalhada dos materiais, são feitas, em primeiro lugar, as considerações gerais de uma primeira observação.

6.3 Observações da reportagem 1

A notícia de que “Moradores e comerciantes da Asa Norte estão preocupados com a insegurança” (identificada assim pelo apresentador do DF TV e como está disposta no site do veículo) foi ao ar no dia 23 de junho de 2015, veiculada no DF TV 2ª edição. O material que totaliza 1 minuto e 48 segundos aborda a seguinte problemática: moradores e comerciantes da quadra 312, na Asa Norte, bairro residencial e comercial de classe média de Brasília, que se queixam de insegurança devido à presença de grupos que foram assimilados nas imagens e no texto do repórter (OFF) da matéria pelo rótulo de “moradores de rua”.

No primeiro OFF da reportagem é apresentado o ‘motivo’ da insegurança do local e o suposto crescimento da criminalidade naquele bairro. Nas imagens, outra expressão que acompanha a narrativa é “eles” para designar grupo de pessoas que aparentam viver nas ruas. Na sequência, predominam sonoras (as entrevistas) com comentários de moradores e comerciantes locais a respeito do incômodo e da “insegurança” que a presença que aquele grupo traz.

O segundo off da matéria traz dados da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal sobre roubos e furtos na Asa Norte, numa relação direta com os “moradores de rua”. O momento seguinte da narrativa traz o relato de um episódio de violência em que não são expostas conclusões da investigação policial. Em seguida, as imagens mostram a forma com que comerciantes têm investido em segurança (grades/câmeras). A passagem (texto com a presença do repórter) é feita

em uma loja assaltada na quadra em questão e, logo depois, o relato de um comerciante da localidade.

A parte final do texto, como é de praxe em notícias dessa natureza, é dedicada à voz das autoridades responsáveis que falam sobre as providências esperadas ou prometidas para solucionar o problema da insegurança. Aqui vamos nos concentrar nas partes do texto que trazem referência ao grupo analisado. Para uma observação mais atenta à reconstituição dos elementos narrativos foi feita uma leitura detalhada da matéria na íntegra. Para melhor compreensão dos pontos aqui ressaltados, é recomendada a leitura e observação das imagens da matéria, que pode ser acessada pelo link¹ e/ou pelo CD que foi entregue para a banca avaliadora.

Quadro 1- Trechos em que o grupo analisado é representado

1	OFF 1	Eles ficam ali o dia inteiro. Em busca de abrigo e comida. Moradores se dizem preocupados e afirmam que hoje, a 312 norte não é mais uma quadra tranquila.
2	Sonora 1	Ali é ponto de drogas, de prostituição e jogatina.
3	Sonora 3	A gente viu nas câmeras e a gente não consegue identificar eles, por que eles estavam enrolados nos cobertores, né?
4	Sonora 4	Eu já optei de ir para outro lugar, porque eu fui abordada. E eu não sabia, na verdade, o que a pessoa queria. Se ia pedir. Era pedinte ou poderia me assaltar.
5	OFF 5	A Secretária de Desenvolvimento Humano e Social promete lançar um programa no mês que vem para dar mais assistência aos moradores de rua.

Fonte: elaboração própria

Tomando como objeto da análise os cinco trechos destacados no Quadro 1, vejamos como se realiza a representação de atores sociais, tendo em vista o arcabouço teórico de van Leeuwen (1997).

¹ <http://g1.globo.com/distrito-federal/videos/v/moradores-e-comerciantes-da-asa-norte-estao-preocupados-com-a-inseguranca/4273579/>

OFF1

(1)*Eles* ficam ali o dia inteiro. Em busca de abrigo e comida. *Moradores* se dizem *preocupados* e afirmam que hoje, a 312 norte *não é mais uma quadra tranquila*.

O off de abertura da matéria está associado à imagem de 5 pessoas que, aparentemente, estão em situação de rua, conversando. Quando o repórter utiliza a palavra “eles” está associado à imagem. Nesse contexto, temos a representação do tipo *generalização*, uma vez que os atores sociais não são identificados. “Em busca de abrigo e de comida” reafirma que eles são pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade e esquecimento do Estado.

O termo “moradores” não está associado àquelas pessoas vistas na primeira imagem, e sim às pessoas que moram nos apartamentos da quadra. Os “moradores” são representados de maneira impessoal, pela *objetivação*, onde são representados por meio de referência a um local. Quando o repórter afirma que os “moradores se dizem preocupados e afirmam que hoje, a 312 norte não é mais uma quadra tranquila”, refere-se ao grupo mostrado na primeira imagem, que esse grupo de pessoas não traz tranquilidade, ou seja, é visto de forma “incômoda”, o que remete ao que já vimos sobre pessoas em situação de rua serem consideradas um incômodo e uma ameaça.

SONORA 1

(2) *Ali* é ponto de drogas, de prostituição e jogatina.

O trecho em destaque é o relato de fala de uma moradora que não quis se identificar. A imagem só traz a silhueta da mulher.

No primeiro OFF a repórter falou “Eles ficam *ali* o dia inteiro”. O *ali* representa, como mostra na imagem, a quadra comercial da Asa Norte onde ficam pessoas que vivem em situação de rua. O *ali* é utilizado novamente na sonora. Sendo assim representa o mesmo local onde fica o grupo. A entrevistada afirma que “*ali* é ponto de drogas, de prostituição e jogatina”. O que antes era *generalizado* em um grupo, aqui recebe pormenores explicativos. É *categorizado* em dois grupos separáveis. Estamos diante de *funcionalização* quando os atores sociais são representados em

termos de uma atividade (como usar drogas e jogar) ou uma ocupação (como a prostituição).

SONORA 3

(3) A gente viu nas câmeras e a gente não consegue identificar eles, porque eles estavam enrolados nos cobertores, né?

Quando uma comerciante usa o termo “eles”, refere-se aos ladrões que roubaram sua loja. A forma como ela utiliza as palavras dá a entender que está se referindo às pessoas mostradas no começo da reportagem. O “eles” refere-se a essas pessoas e é reforçada na fala “porque eles estavam enrolados nos cobertores, né?”. Na imagem mostrada após um minuto e trinta segundos de matéria, há pessoas com os corpos envoltos em cobertores. Pessoas que estão em situação de rua muitas vezes andam com seus cobertores, para não serem furtadas, entre outros motivos (mas isso não é trazido no texto). Pelos fatos aqui salientados pode-se concluir que a fonte que está falando refere-se a uma pessoa que vive em situação de rua, generalizando e colando a culpa em um grupo social inteiro.

SONORA 4

(4) Eu já optei de ir para outro lugar, porque eu fui abordada. E eu não sabia, na verdade, o que a pessoa queria. Se ia pedir. Era pedinte ou poderia me assaltar.

Estamos diante de um relato de uma moradora que, em um primeiro momento, afirma que foi abordada, trazendo a compreensão inicial de que ela seria assaltada. Mas, ao longo de sua fala, afirma que quem a abordou era “pedinte”. O termo pedinte vincula-se ao termo “morador de rua”. Outra atitude trazida é que “poderia assaltar”. Portanto, está diretamente relacionado ao estigma da pessoa em situação de rua como um criminoso em potencial, que pode assaltar, pedir esmola, ou violentar quem quer que atravesse o seu caminho (MATTOS E FERREIRA, 2004)

OFF 5

(5) A Secretária de Desenvolvimento Humano e Social promete lançar um programa no mês que vem para dar mais assistência aos moradores de rua.

Como provável solução para a diminuição de crimes, o repórter falou com a secretária do Desenvolvimento Humano e Social para perguntar por que não são

retiradas as pessoas que ali vivem, por serem vistas como perigosas. O grupo é exposto e marginalizado. Vale destacar que em nenhuma imagem mostrada na reportagem o grupo está fazendo algo que remete aos supostos crimes. Além de não haver flagrante, não há informação que vincule alguma pessoa em situação de rua aos crimes. Não há nenhum dado da atuação desse grupo em assaltos. A matéria apenas faz uma conexão preconceituosa da presença de pessoas economicamente desfavorecidas e o aumento do número de roubos no local. Como se a presença dos mesmos estivesse associada ao aumento da criminalidade.

6.4 Observações da reportagem 2

A notícia identificada pelo apresentador com o texto: “Comerciantes colocam grade nos fundos das lojas para afastar moradores de rua” (apresentada como título no site do veículo), foi ao ar no dia 2 de maio de 2016, veiculada no DF TV 2ª edição e aborda a seguinte questão: vendedores da quadra 307 na Asa Sul, também um bairro comercial de classe média alta de Brasília (DF), queixam-se da presença de grupos considerados incômodos, assimilados na matéria pelo rótulo de “moradores de rua”.

Logo no texto do apresentador da reportagem, chama especial atenção para o fato que os empresários fazem “um pedido de socorro”. Como vemos no decorrer da matéria, o pedido de socorro é para que os livres de pessoas em situação de rua que ali vivem. Da mesma forma que observado na primeira matéria analisada, aqui também predominam sonoras com comentários de comerciantes locais a respeito do incômodo e da insegurança que aquele grupo traz. Mostra como os comerciantes estão fazendo para se livrarem daquele grupo, colocando grades e chamando a polícia.

Seguindo o formato do programa, a parte final do texto é dedicada à voz de alguma autoridade que, no caso da matéria analisada, foi da autoridade policial, que, como solução para o problema, coloca uma dupla de policiais na quadra. Para fins da análise proposta, vamos nos concentrar nas partes do texto que fazem referência ao grupo analisado. Antes de começar a análise, e para melhor compreensão dos pontos aqui ressaltados, é recomendada a leitura e observação atenta das imagens

da matéria na íntegra, que pode ser acessada pelo link² e/ou pelo CD que foi entregue para a banca avaliadora.

² <http://g1.globo.com/distrito-federal/dftv-2edicao/videos/t/edicoes/v/comerciantes-colocam-grades-nos-fundos-das-lojas-para-afastar-moradores-de-rua/4996378/>

Quadro 2 – Trechos em que o grupo analisado é representado

1	Cabeça	O DF TV de hoje começa com um pedido de socorro de empresários da capital
2	OFF 1	Nas imagens feitas por comerciantes da 307 sul, oito moradores de rua ocupam os fundos das lojas. Neste outro vídeo um homem prepara um cigarro de maconha. Já essas fotos mostram como ficava o local: muita sujeira, colchões velhos e papelão.
3	SONORA 1	Incomodava os clientes pelo cheiro, porque é inevitável não entrar esse cheiro pra dentro das lojas. O barulho também. Tinha bastante barulho das brigas aqui fora.
4	OFF2	Para tentar afastar os moradores de rua 6 empresários colocaram grades nos fundos das lojas. Elas vão do chão até o teto. Cada lojista gastou 3 mil e 200 reais.
5	SONORA 2	Há uma inversão de valores, nós que pagamos impostos para que tenhamos segurança, para que podermos funcionar. Os funcionários tenham segurança e não conseguimos.
6	SONORA 3	Muito assalto, muito roubo, usando essas áreas como banheiro, como esconderijo, para praticar assaltos e roubos que serão entregues a justiça as imagens desses fatos e nós não temos a presença do Estado para multar e para fiscalizar.
7	OFF 5	Hoje o comandante da área colocou uma dupla cosme e damião na 307 Sul. Conversou com os comerciantes e prometeu reforçar o policiamento.

Fonte: elaboração própria

Tomando como objeto de análise os sete trechos destacados no Quadro 2 vejamos, na sequência, como se realiza a representação de atores sociais, tendo em vista o arcabouço teórico de van Leeuwen (1997).

Cabeça (texto do apresentador)

(1) O DF TV de hoje começa com um pedido de socorro de empresários da capital

Quando o apresentador começa a notícia dizendo que ‘empresários da capital fazem um pedido de socorro’, nos remete à ideia de que eles estão em perigo eminente. Mais do que isso: afirma-se o ponto de vista de um público, uma vez que, quando se pede socorro, pressupõe-se tratar de uma situação crítica. O pedido de socorro está vinculado à presença do grupo que chamam de “moradores de rua” e que frequentam o fundo de suas lojas.

Em nenhum momento a matéria mostra algum risco eminente às pessoas que ali circulam. Então conclui-se que o pedido de socorro é apenas para que livrem os empresários da presença dessas pessoas que são consideradas um incômodo e sinônimo de ameaça.

Neste trecho, o termo ‘empresários’ pode ser classificado por *funcionalização*, ou seja, quando atores sociais são representados de acordo com sua ocupação. Quando falam de empresário, percebe-se que estão falando de pessoas com melhores condições financeiras.

OFF1

(2) Nas imagens feitas por comerciantes da 307 Sul oito *moradores de rua* ocupam os fundos das lojas. Neste outro vídeo um homem prepara um cigarro de maconha. Já essas fotos mostram como ficava o local: muita sujeira, colchões velhos e papelão.

Já no primeiro OFF, temos a representação do tipo *generalização*, quando atores sociais são representados como classe (“moradores de rua”). Ainda que não sejam representados como indivíduos identificáveis, os membros do grupo são

categorizados por classificação, isto é, são representados com base na categoria de classe social, informação utilizada para definir o que são nessa representação. O elemento que define a categoria é o vínculo com a rua, o que remete à pobreza extrema e, portanto, à classe social.

O repórter não ressalta a individualidade de cada membro do grupo representado, mas sim a sua coletividade incômoda para os comerciantes do local, que, ao contrário do observado no primeiro grupo, são individualizados e nomeados na matéria, como pode ser observado nas sonoras (as entrevistas). No vídeo, o repórter alega que um homem está preparando um cigarro de maconha, sem qualquer comprovação do fato, uma vez que outros tipos de fumo, como o tabaco, são feitos com o mesmo processo e não são considerados ilegais.

SONORA 1

(3) *Incomodava* os clientes pelo *cheiro*, porque é inevitável não entrar esse cheiro pra dentro das lojas. O *barulho* também. Tinha bastante barulho das brigas aqui fora.

Aqui, estamos diante da fala de uma comerciante da mesma quadra, 307 Sul. Neste trecho, ao contrário da representação como seres humanos, temos uma representação por *impessoalização*. O grupo é representado pelas consequências de sua presença: barulhos e ‘cheiro’. Quando a comerciante fala sobre o incômodo causado pelo cheiro, representa a clássica descrição da pessoa em situação de rua como “arquetipo de fedor”, o que afronta diretamente nossos hábitos de higiene.

OFF 2

(4) Para tentar afastar os moradores de rua, seis empresários colocaram grades nos fundos das lojas. Elas vão do chão até o teto. Cada lojista gastou 3 mil e 200 reais.

O que nos interessa aqui é o trecho “para tentar afastar os moradores de rua 6 empresários colocaram grades nos fundos das lojas”. A representação dos dois

atores sociais ‘moradores de rua’ e ‘empresários’ já foram classificados. Vamos então nos ater à análise do sentido do texto. Quando uma pessoa é considerada desnecessária, incômoda e ameaçadora muitas vezes implica em tornar-se também passível de eliminação. Isto é o que vemos aqui quando o repórter fala de ‘afastar os moradores’. Eles expurgam de forma física aquela população que não tem para onde ir, pois a sua presença é considerada incômoda. O expurgo do outro é uma estratégia de construção simbólica de fragmentação em que indivíduos ou, no caso do texto analisado, grupos são representados como inimigos que devem ser combatidos, apartados, expurgados.

SONORA 2

(5) Há uma inversão de valores, nós que pagamos impostos para que tenhamos segurança, para que poderemos funcionar. Os funcionários tenham segurança e não conseguimos.

Neste caso estamos diante da fala de um dos comerciantes, em que ele coloca uma questão muito delicada e preconceituosa. Ele afirma que não consegue ter segurança pelo fato de constatar a presença de pessoas em situação de rua. Esta representação está associada ao estigma da pessoa que vive na rua como um criminoso em potencial. São generalizados como “perigosos”.

SONORA 3

(6) Muito assalto, muito roubo, usando essas áreas como banheiro, como esconderijo, para praticar assaltos e roubos que serão entregues à justiça as imagens desses fatos e nós não temos a presença do Estado para multar e para fiscalizar.

Estamos novamente diante da fala de um dos comerciantes, que está partindo do pressuposto de que a população que está em situação de rua pratica assaltos e roubos. Acontece que não há evidências ou indícios de crimes, ou mesmo investigação em andamento. Afirma-se que há imagens, mas nenhuma delas foi colocada na reportagem.

OFF 5

(7) Hoje o comandante da área colocou uma dupla Cosme e Damião na 307 Sul. Conversou com os comerciantes e prometeu reforçar o policiamento.

Como solução para o ‘problema’ da presença de pessoas em situação de rua foi reforçado o policiamento. Como na outra análise o grupo é exposto e marginalizado. A matéria não expõe os motivos para a atuação da polícia a não ser por supostos “assaltos” ditos pelos comerciantes, mas com nenhuma comprovação de dados na matéria.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela responsabilidade social relacionada ao ofício de jornalista, a sociedade espera que os conteúdos jornalísticos colaborem no sentido de apontar soluções para situações de pessoas que estejam em situação de risco, vulnerabilizadas por sistemas, em geral, que deveriam ser tratados além dos números. Se essa praxis poderia requerer ainda mais cuidado, é de importante discussão compreender como cidadãos desafortunados por motivos que não têm visibilidade sejam criminalizados. A essas pessoas, nas reportagens observadas, são atribuídos estigmas que em nada colaboram com a compreensão e solução das mazelas.

A mídia jornalística traz essa temática, como se percebeu, com descaminhos narrativos. Por isso cabe às emissoras de TV, por exemplo, uma relação contextualizada com a situação de rua, a mendicância e até mesmo com as infrações penais atribuídas aos desassistidos. Nas análises aqui destacadas, as imagens expostas foram usadas de forma preconceituosa, sem provas, generalizada e deturpada. As matérias baseiam-se em indícios inconsistentes. Não há informações nas narrativas o suficiente que incriminem aquelas pessoas, o que poderia, aliás, haver responsabilidade penal contra a emissora. Ambas as matérias salientam repetidas vezes a associação do “problema”, “incômodo”, “roubo” com “moradores de rua”. E buscam como solução para seus problemas se livrar desse grupo. De acordo com Resende (2012), o expurgo do outro é uma estratégia de construção simbólica de fragmentação em que indivíduos ou, no caso do texto analisado, grupos são representados como inimigos que devem ser combatidos, apartados, expurgados.

As notícias aqui analisadas, por exemplo, podem orientar crenças sobre a pobreza extrema e a situação de rua em particular, identificando grupos sociais sob o rótulo “moradores de rua” e classificando-os como indesejáveis, problemáticos, perigosos e desagradáveis. Vimos que o jornalista deve agir como monitor independente do poder, proteger os direitos e deveres dos cidadãos. A primeira crítica a esse ponto, é que parecem haver pessoas que são consideradas cidadãos, as pessoas com condições financeiras e aquelas que estão na rua, que não

merecem a mesma atenção. O jornalista deveria perceber a supressão do ator social do Estado nas matérias. Em que a representação do problema como sendo a presença de pessoas em situação de rua no bairro, e não a situação de rua em si, permite que a representação do fato omita o poder público e sua responsabilidade em buscar solução adequada em contraposição à mera privação de direitos à população em situação de rua.

A escolha das fontes é uma das responsabilidades mais importantes do jornalista, já que ao escolher quem ouvir e que caminho seguir, traz sentido diverso. Nas matérias de TV analisadas, percebeu-se que as fontes escolhidas para falar são os comerciantes, moradores e entidades públicas. Em nenhum momento, nas duas matérias, a população que vive em situação de rua teve voz. Ela não foi procurada e nem teve o direito de se defender. Todas as vozes escutadas colocaram aquela população na posição de vagabundo, preguiçoso, bêbado, drogado, sujo, perigoso. Dejours (2003) afirma que nem todos partilham hoje do ponto de vista segundo o qual as vítimas do desemprego, da pobreza, e da exclusão social seriam também vítimas de uma injustiça. E o papel social do jornalista é mostrar essa injustiça e não reproduzir os preconceitos típicos do senso comum.

Ademais, pode-se aludir que as reportagens observadas não respeitam o que está previsto nos itens 8 e 11 do artigo 6º do capítulo 2 do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros da Fenaj. O item 8 afirma que é dever do jornalista “respeitar o direito à intimidade, à privacidade, à honra e à imagem do cidadão” e o item 11, que é fundamental “defender os direitos do cidadão, contribuindo para a promoção das garantias individuais e coletivas, em especial as das crianças, dos adolescentes, das mulheres, dos idosos, dos negros e das minorias”.

O enfrentamento das situações de precariedade no Brasil tem de ser necessariamente baseado na ética, em termos de mudança de prioridades, de estratégia política, de mobilização da sociedade e de pressão sobre o Estado. O preconceito é algo muito comum na nossa sociedade e é preciso muita cautela do repórter para não reproduzir os preconceitos típicos do senso comum. Inspira a alegação de Bucci (2002), que afirma que é essencial à imprensa informar a todos sem privilegiar os mais abastados, e também dar voz às mais diversas correntes de

opinião. Mais do que dar voz a diferentes pensamentos, volta-se ao pressuposto da pesquisa de que o ponto de partida de uma apuração deveria ser pelo olhar dos que mais sofrem. Uma amostragem maior, de outras emissoras além da TV Globo, poderia trazer novos resultados a respeito do papel do jornalismo comunitário. Seria necessário discutir, por exemplo, a questão da participação do cidadão na notícia em vista de suas maiores dificuldades. E esse pode ser o foco de futuras pesquisas. Sensacionalismo poderia ser um ponto de discussão mais ampla. No entanto, esse trabalho traz um registro que requer crítica profunda para tentar entender não só os meandros da produção, mas também compreender por que esses conteúdos foram veiculados assim.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARBEX JR, José. **Showrnlismo: a notícia como espetáculo**. 2a edição. São Paulo: Casa Amarela, 2002.
- BACKSCHEIDER, Paula. *Reflections on Biography*. New York: Oxford University Press, 2002
- BARBEIRO, Heródoto. e LIMA, Paulo Rodolfo de. **Manual de Telejornalismo: os segredos da notícia na TV**. Rio de Janeiro: Campus, 2002
- BIRD, Elizabeth e DARDENNE, Robert. **Myth, Chronicle and Story**: exploring the narrative qualities of News. Newbury Park, CA: Sage Publications, 1988.
- BRAIT, Beth. **A personagem**. 8ª ed. São Paulo: Ática, 2006.
- BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- CASADEI, Eliza Bachega. **A Construção de Personagens no Jornalismo**: entre a matriz de verdade presumida e a imaginação das urdiduras de enredos. *Realidade e ficção nas manifestações midiáticas*, vol. 1, Nº22, Rio de Janeiro, 2010.
- CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Ética no jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2008.
- CORNU, Daniel. **Jornalismo e Verdade**: para uma ética da informação. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.
- CURADO, Olga. **A notícia na TV**: o dia-a-dia de quem faz telejornalismo. São Paulo: Alegro, 2002.
- DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, ONU, 1948
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: UnB, 2001
- FERREIRA, Maria Nazareth. **A imprensa operária no Brasil (1880-1920)**. Petrópolis: Vozes, 1978.
- GANS, Herbert. **Deciding What's News**: a study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time. New York: Phanteon Books, 1979.
- KOVACH, Bill e ROSENTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo**: o que os jornalistas devem saber e o público exigir. São Paulo: Geração Editorial, 2003.
- LAGE, Nilson. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- MATTOS, Ricardo Mendes e FERREIRA, Ricardo Franklin. **Quem vocês pensam que (elas) são?**: representações sobre pessoas em situação de rua. *Psicologia & Sociedade*, vol. 16, Nº 2, p. 47-58, maio/ago 2004.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **A Análise Pragmática da Narrativa Jornalística**, 2004.

Disponível em:

<<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/105768052842738740828590501726523142462.pdf>> Acesso em: 15.ago.2017

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. **Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários**. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). No meio da rua: nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. p. 121-138.

ORLANDI, Eni P Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.

RAMALHO, Viviane e RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso (para a crítica)**: o texto como material de pesquisa. Campinas: Pontes, 2011.

RESENDE, Viviane. **Representação discursiva de pessoas em situação de rua no “Caderno Brasília”**: naturalização e expurgo do outro. *Linguagem em (Dis)curso*. Santa Catarina, Vol. 12, Nº 12, p. 439-465, maio/ago 2012.

REZENDE, Guilherme Jorge de. **Telejornalismo no Brasil**: um perfil editotiral. 2ª ed. São Paulo: Summus, 2000.

RÜDIGER, Francisco Ricardo. **Tendências do jornalismo**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1998.

SCHMITZ, Aldo Antonio. **Classificação das fontes de notícias**, 2011. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/schmitz-aldo-classificacao-das-fontes-de-noticias.pdf>> Acesso em: 10.Out.2017

SCHUDSON, Michael. **The Sociology of News Production**. *Media, Culture & Society*, vol.11, Nº 3. Jul 1989.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: porque as notícias são como são. Vol.1. 3ª ed. Florianópolis: Insular, 2012.

TUCHMAN, Gaye. **La producción de la noticia**: estudio sobre la construcción de la realidade. Barcelona: Bosch, 1993.

VAN LEEUWEN, Theo. **A representação dos actores sociais**. In: PEDRO, Emília Ribeiro (Org.). Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional. Lisboa: Caminho, 1997.

WHITE, David Manning. **The “Gate keeper”**: A case study in the selection of News. *Journalism Quarterly*, vol. 27, Nº 4, Set 1950.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 7 ed. Lisboa: Presença, 2002.

ANEXO

Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros

Capítulo I - Do direito à informação

Art. 1º O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros tem como base o direito fundamental do cidadão à informação, que abrange seu o direito de informar, de ser informado e de ter acesso à informação.

Art. 2º Como o acesso à informação de relevante interesse público é um direito fundamental, os jornalistas não podem admitir que ele seja impedido por nenhum tipo de interesse, razão por que:

I - a divulgação da informação precisa e correta é dever dos meios de comunicação e deve ser cumprida independentemente de sua natureza jurídica - se pública, estatal ou privada - e da linha política de seus proprietários e/ou diretores.

II - a produção e a divulgação da informação devem se pautar pela veracidade dos fatos e ter por finalidade o interesse público;

III - a liberdade de imprensa, direito e pressuposto do exercício do jornalismo, implica compromisso com a responsabilidade social inerente à profissão;

IV - a prestação de informações pelas organizações públicas e privadas, incluindo as não- governamentais, é uma obrigação social.

V - a obstrução direta ou indireta à livre divulgação da informação, a aplicação de censura e a indução à autocensura são delitos contra a sociedade, devendo ser denunciadas à comissão de ética competente, garantido o sigilo do denunciante.

Capítulo II - Da conduta profissional do jornalista

Art. 3º O exercício da profissão de jornalista é uma atividade de natureza social, estando sempre subordinado ao presente Código de Ética.

Art. 4º O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos, razão pela qual ele deve pautar seu trabalho pela precisa apuração e pela sua correta divulgação.

Art. 5º É direito do jornalista resguardar o sigilo da fonte. Art. 6º É dever do jornalista:

I - opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos;

II - divulgar os fatos e as informações de interesse público; III - lutar pela liberdade de pensamento e de expressão;

IV - defender o livre exercício da profissão;

V - valorizar, honrar e dignificar a profissão;

- VI - não colocar em risco a integridade das fontes e dos profissionais com quem trabalha;
- VII - combater e denunciar todas as formas de corrupção, em especial quando exercidas com o objetivo de controlar a informação;
- VIII - respeitar o direito à intimidade, à privacidade, à honra e à imagem do cidadão;
- IX - respeitar o direito autoral e intelectual do jornalista em todas as suas formas;
- X - defender os princípios constitucionais e legais, base do estado democrático de direito;
- XI - defender os direitos do cidadão, contribuindo para a promoção das garantias individuais e coletivas, em especial as das crianças, dos adolescentes, das mulheres, dos idosos, dos negros e das minorias;
- XII - respeitar as entidades representativas e democráticas da categoria;
- XIII - denunciar as práticas de assédio moral no trabalho às autoridades e, quando for o caso, à comissão de ética competente;
- XIV - combater a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, econômicos, políticos, religiosos, de gênero, raciais, de orientação sexual, condição física ou mental, ou de qualquer outra natureza.

Art. 7º O jornalista não pode:

- I - aceitar ou oferecer trabalho remunerado em desacordo com o piso salarial, a carga horária legal ou tabela fixada por sua entidade de classe, nem contribuir ativa ou passivamente para a precarização das condições de trabalho;
- II - submeter-se a diretrizes contrárias à precisa apuração dos acontecimentos e à correta divulgação da informação;
- III - impedir a manifestação de opiniões divergentes ou o livre debate de idéias;
- IV - expor pessoas ameaçadas, exploradas ou sob risco de vida, sendo vedada a sua identificação, mesmo que parcial, pela voz, traços físicos, indicação de locais de trabalho ou residência, ou quaisquer outros sinais;
- V - usar o jornalismo para incitar a violência, a intolerância, o arbítrio e o crime;
- VI - realizar cobertura jornalística para o meio de comunicação em que trabalha sobre organizações públicas, privadas ou não-governamentais, da qual seja assessor, empregado, prestador de serviço ou proprietário, nem utilizar o referido veículo para defender os interesses dessas instituições ou de autoridades a elas relacionadas;
- VII - permitir o exercício da profissão por pessoas não-habilitadas;

VIII - assumir a responsabilidade por publicações, imagens e textos de cuja produção não tenha participado;

IX - valer-se da condição de jornalista para obter vantagens pessoais.

Capítulo III - Da responsabilidade profissional do jornalista

Art. 8º O jornalista é responsável por toda a informação que divulga, desde que seu trabalho não tenha sido alterado por terceiros, caso em que a responsabilidade pela alteração será de seu autor.

Art 9º A presunção de inocência é um dos fundamentos da atividade jornalística.

Art. 10. A opinião manifestada em meios de informação deve ser exercida com responsabilidade.

Art. 11. O jornalista não pode divulgar informações:

I - visando o interesse pessoal ou buscando vantagem econômica;

II - de caráter mórbido, sensacionalista ou contrário aos valores humanos, especialmente em cobertura de crimes e acidentes;

III - obtidas de maneira inadequada, por exemplo, com o uso de identidades falsas, câmeras escondidas ou microfones ocultos, salvo em casos de incontestável interesse público e quando esgotadas todas as outras possibilidades de apuração;

Art. 12. O jornalista deve:

I - ressalvadas as especificidades da assessoria de imprensa, ouvir sempre, antes da divulgação dos fatos, o maior número de pessoas e instituições envolvidas em uma cobertura jornalística, principalmente aquelas que são objeto de acusações não suficientemente demonstradas ou verificadas;

II - buscar provas que fundamentem as informações de interesse público;

III - tratar com respeito todas as pessoas mencionadas nas informações que divulgar;

IV - informar claramente à sociedade quando suas matérias tiverem caráter publicitário ou decorrerem de patrocínios ou promoções;

V - rejeitar alterações nas imagens captadas que deturpem a realidade, sempre informando ao público o eventual uso de recursos de fotomontagem, edição de imagem, reconstituição de áudio ou quaisquer outras manipulações;

VI - promover a retificação das informações que se revelem falsas ou inexatas e defender o direito de resposta às pessoas ou organizações envolvidas ou mencionadas em matérias de sua autoria ou por cuja publicação foi o responsável;

VII - defender a soberania nacional em seus aspectos político, econômico, social e cultural;

VIII - preservar a língua e a cultura do Brasil, respeitando a diversidade e as identidades culturais;

IX - manter relações de respeito e solidariedade no ambiente de trabalho;

X - prestar solidariedade aos colegas que sofrem perseguição ou agressão em consequência de sua atividade profissional.

Capítulo IV - Das relações profissionais

Art. 13. A cláusula de consciência é um direito do jornalista, podendo o profissional se recusar a executar quaisquer tarefas em desacordo com os princípios deste Código de Ética ou que agridam as suas convicções.

Parágrafo único. Esta disposição não pode ser usada como argumento, motivo ou desculpa para que o jornalista deixe de ouvir pessoas com opiniões divergentes das suas.

Art. 14. O jornalista não deve:

I - acumular funções jornalísticas ou obrigar outro profissional a fazê-lo, quando isso implicar substituição ou supressão de cargos na mesma empresa. Quando, por razões justificadas, vier a exercer mais de uma função na mesma empresa, o jornalista deve receber a remuneração correspondente ao trabalho extra;

II - ameaçar, intimidar ou praticar assédio moral e/ou sexual contra outro profissional, devendo denunciar tais práticas à comissão de ética competente;

III - criar empecilho à legítima e democrática organização da categoria.

Capítulo V - Da aplicação do Código de Ética e disposições finais

Art. 15. As transgressões ao presente Código de Ética serão apuradas, apreciadas e julgadas pelas comissões de ética dos sindicatos e, em segunda instância, pela Comissão Nacional de Ética.

§ 1º As referidas comissões serão constituídas por cinco membros.

§ 2º As comissões de ética são órgãos independentes, eleitas por voto direto, secreto e universal dos jornalistas. Serão escolhidas junto com as direções dos sindicatos e da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), respectivamente. Terão mandatos coincidentes, porém serão votadas em processo separado e não possuirão vínculo com os cargos daquelas diretorias.

§ 3º A Comissão Nacional de Ética será responsável pela elaboração de seu regimento interno e, ouvidos os sindicatos, do regimento interno das comissões de ética dos sindicatos.

Art. 16. Compete à Comissão Nacional de Ética:

I - julgar, em segunda e última instância, os recursos contra decisões de competência das comissões de ética dos sindicatos;

II - tomar iniciativa referente a questões de âmbito nacional que firam a ética jornalística;

III - fazer denúncias públicas sobre casos de desrespeito aos princípios deste Código;

IV - receber representação de competência da primeira instância quando ali houver incompatibilidade ou impedimento legal e em casos especiais definidos no Regimento Interno;

V - processar e julgar, originariamente, denúncias de transgressão ao Código de Ética cometidas por jornalistas integrantes da diretoria e do Conselho Fiscal da FENAJ, da Comissão Nacional de Ética e das comissões de ética dos sindicatos;

VI - recomendar à diretoria da FENAJ o encaminhamento ao Ministério Público dos casos em que a violação ao Código de Ética também possa configurar crime, contravenção ou dano à categoria ou à coletividade.

Art. 17. Os jornalistas que descumprirem o presente Código de Ética estão sujeitos às penalidades de observação, advertência, suspensão e exclusão do quadro social do sindicato e à publicação da decisão da comissão de ética em veículo de ampla circulação.

Parágrafo único - Os não-filiados aos sindicatos de jornalistas estão sujeitos às penalidades de observação, advertência, impedimento temporário e impedimento definitivo de ingresso no quadro social do sindicato e à publicação da decisão da comissão de ética em veículo de ampla circulação.

Art. 18. O exercício da representação de modo abusivo, temerário, de má-fé, com notória intenção de prejudicar o representado, sujeita o autor à advertência pública e às punições previstas neste Código, sem prejuízo da remessa do caso ao Ministério Público.

Art. 19. Qualquer modificação neste Código só poderá ser feita em congresso nacional de jornalistas mediante proposta subscrita por, no mínimo, dez delegações representantes de sindicatos de jornalistas.

Vitória, 04 de agosto de 2007.

Federação Nacional dos Jornalistas